



Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

TERMO DE REFERÊNCIA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS E SUPRIMENTOS DE
INFORMÁTICA

Abril/2023



Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

ÍNDICE

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	3
3. FORMA DE REALIZAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO	4
4. LOCAL DE ENTREGA	4
5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS	4
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	5
7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA.....	5
8. PROPOSTA.....	5
9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	6
10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	6
11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS	7
12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	7
13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.....	7
14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS	7
15. FISCALIZAÇÃO.....	8
16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	9
17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	9
18. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	9
19. GARANTIA DOS MATERIAIS.....	10
20. MULTAS	10
21. CONDIÇÕES GERAIS	11
22. ANEXOS.....	12



Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Registro de preços para aquisição de equipamentos, acessórios e suprimentos de informática, visando atender às necessidades da 2ª Superintendência Regional da CODEVASF, no Estado da Bahia, conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência e em seus Anexos.

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMO DE REFERÊNCIA – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada Bom Jesus da Lapa/BA, em cuja jurisdição territorial localiza-se os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

ÁREA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos fornecimentos/serviços de engenharia, objetos deste Termo de Referência.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, em cuja jurisdição territorial localiza-se os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.gov.br/compras.

CATSERV - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.gov.br/compras.

CONTRATO – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos fornecimentos.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.



Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – Representação gráfica da programação parcial ou total de um fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Compras Governamentais: www.gov.br/compras.

3. FORMA DE REALIZAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 3.1. **Forma de Realização:** Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços;
- 3.2. **Critério de Julgamento:** Menor Preço por item;
- 3.3. **Modo de disputa:** Aberto;
- 3.4. **Forma de fornecimento:** Parcelada, atendendo proporcionalmente à demanda de curto prazo;
- 3.5. **Intervalo mínimo de lances:** R\$ 0,25

4. LOCAL DE ENTREGA

- 4.1. Os equipamentos objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues na CODEVASF – 2ª SR – Av. Manoel Novaes, S/N, Centro - CEP: 47.600-000, localizada no Município de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia.

5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS

- 5.1. O objeto do presente pregão compreende o fornecimento de equipamentos eletrônicos e acessórios de informática e suprimentos de impressão, conforme distribuídos no Anexo II deste Termo de Referência.
- 5.2. A descrição detalhada dos itens consta no Anexo II deste Termo de Referência, que deverá ser observado criteriosamente pelos licitantes.
 - 5.2.1. Havendo divergência entre a descrição dos produtos no sistema gov.br/compras e a descrição contida na planilha, prevalecerá a contida na planilha orçamentária.



Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

5.3. O meio de transporte e o acondicionamento dos itens objeto deste TR devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade dos mesmos.

5.4. Todo carregamento deverá ser acompanhado das respectivas notas fiscais.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, fornecedores, pertinentes com o objeto desta licitação, nacionais, individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos.

6.2. CONSÓRCIO

6.2.1. Não será permitida. A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo consequentemente impertinente a formação de consórcios, com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do Licitante.

6.3. SUBCONTRATAÇÃO

6.3.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação.

6.4. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão participar desta licitação de maneira exclusiva em todos os itens desta licitação, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 06/10/2015.

7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA

7.1. O atestado de visita aos locais do fornecimento **não será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização.

7.1.1. Os custos de visita ao local onde serão entregues os materiais correrão por exclusiva conta do licitante.

7.1.2. Em caso de dúvidas sobre onde serão instalados, montados e estocados os equipamentos objetos desse termo de referência ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Unidade de Tecnologia da Informação da 2ª Superintendência Regional da CODEVASF listada no item 4 deste Termo de Referência.

8. PROPOSTA

8.1. As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fornecedor;
- b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos itens fornecidos, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;



Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

- c) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os equipamentos/materiais, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo II, que é parte integrante deste termo de Referência.
- d) O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.

8.1.1. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, tributos e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

8.1.2. Para efeito do disposto no subitem acima o licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos equipamentos, considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais e serviços ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.

8.1.3. Será considerada a melhor proposta, a que apresentar O MENOR PREÇO POR ITEM, conforme critérios acima estabelecidos.

9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1.1. Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no subitem 5.2 deste Termo de Referência.

9.1.2. O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Atestado(s) em nome da concorrente, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos/serviços de forma a permitir a comprovação da experiência do licitante na execução de fornecimentos similares ao objeto da licitação;
 - i. Atestado de capacidade técnica, ou seja, atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove o fornecimento de um quantitativo mínimo de 25% do item ao qual está concorrendo, em especificações iguais ou superiores ao item licitado;

9.1.3. Caso o licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, o mesmo deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito a aprovação pela CODEVASF.

10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A CODEVASF se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, o valor máximo global por item, conforme abaixo, de R\$ 345.628,42 (trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e vinte e oito reais e quarenta e dois centavos) a preços de abril/2023, conforme indicado na Planilha de Quantidades e Preços Orçados, constantes do Anexo II deste termo de Referência;



Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS

11.1. O prazo para vigência do contrato será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento, prorrogáveis por igual período.

11.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base no preço unitário do material, efetivamente entregue, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, conforme legislação vigente, observado ainda:

12.2. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplemento de cada parcela.

13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

13.1. Os preços para estes serviços/fornecimentos serão fixos e irrevogáveis.

14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS

14.1 Após o término dos fornecimentos objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à CODEVASF, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.

14.2 O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
 - b1) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

14.2.1 Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exatidão dos mesmos.

14.2.2 Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

14.2.3 A CODEVASF rejeitará, no todo ou em parte fornecimento executado em desacordo com o contrato.

14.3 Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os equipamentos rejeitados.

14.4 A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:



Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

- a) Emissão, pela CODEVASF, do Atestado de Capacidade Técnica;
- b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF); e
- c) Liberação da Caução Contratual (quando houver).

14.5 Aceitos e aprovados os fornecimentos, a CODEVASF emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da prestação de garantia.

14.6 O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela CODEVASF sobre a execução do objeto contratado.

14.7 A última fatura somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

15. FISCALIZAÇÃO

15.1. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

15.2. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

15.3. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

15.4. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Unidade de Tecnologia da Informação, responsável pela execução do contrato.

15.5. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

15.6. Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer às respectivas Unidades de Tecnologia da Informação das Superintendências Regionais da CODEVASF, elencadas no item 4, responsáveis pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

15.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

15.8. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.



Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1. O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

16.2. O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas no que couber.

16.3. Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a CODEVASF poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor.

16.4. Caso a contratada seja detentora da norma ISO 14000, poderá apresentar certificação que substitui as exigências do item 16.2 e deve apresentar a adoção das práticas previstas nas normas, bem como o desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização no que couber.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. O licitante fica obrigado a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos.

17.2. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da CODEVASF, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

18. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

18.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.

18.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.

18.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

18.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.



Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

18.5. Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

18.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos/serviços contratados.

18.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

19. GARANTIA DOS MATERIAIS

19.1. Os produtos fornecidos deverão ter garantia de no mínimo 12 (doze) meses contados a partir do recebimento definitivo.

20. MULTAS

20.1. Nos casos de atrasos na execução do fornecimento do objeto contratado, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa sobre o valor do contrato/ordem de fornecimento por dia, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:

a) 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato/ordem de fornecimento por dia de atraso na entrega, até o máximo de 12% (doze por cento).

20.2. Nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa baseada no valor do contrato/ordem de fornecimento, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:

a) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato/ordem de fornecimento conforme a Tabela 1;

b) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de descumprimento das obrigações contratuais descritas na Tabela 2;

c) 12% (doze por cento) do valor do contrato/ordem de fornecimento no caso de inexecução total.

Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade - inexecução parcial

Inadimplências	Grau de Penalidade	Percentual do valor do contrato
Execução parcial de até 80% do valor contratual	01	2%
Execução parcial de até 60% do valor contratual	02	4%
Execução parcial de até 40% do valor contratual	03	8%
Execução parcial de até 20% do valor contratual	04	10%



Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

Tabela 02 – Descumprimento de obrigação contratual e a respectivo penalidade

Ocorrência	Cálculo da multa
Não atendimento às determinações estipuladas pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA, através de comunicação formal do fiscal.	R\$ 100,00 por dia de atraso
Não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	R\$ 500,00 por dia de atraso

20.3. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

20.4. As multas aplicadas não poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, conforme previsão do artigo 141, alínea “b” do RILC.

20.5. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:

- a) A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- b) Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
- c) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Gerência de Finanças da 2ª Superintendência da Codevasf – 2ª/GRA/UFN o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.

20.6. O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional, que procederá ao seu exame.

20.7. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pelo Comitê de Gestão Executiva da Codevasf, que poderá rejeitar ou não a multa.

20.8. Em caso de relevação da multa, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

20.9. Caso o Comitê de Gestão Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

21. CONDIÇÕES GERAIS

21.1. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

21.2. Não há óbice da CODEVASF à adesão à Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico resultante deste Termo de Referência por órgãos não-participantes.



Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

22. ANEXOS

22.1. São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I – Justificativa
- Anexo II – Planilha Orçamentária - CODEVASF - 2ª SR



Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função das especificidades dos equipamentos a serem adquiridos, previstas no Termo de Referência e que aqui, após relacionadas, passam a integrar o TR.

Justificativas:

Da necessidade da contratação

1. A aquisição desses equipamentos e acessórios suprirá as necessidades da CODEVASF por um período de 12 (doze) meses, mantendo o desempenho contínuo das atividades laborais dos servidores.
2. A opção pelo registro de preços guarda relação com o artigo 3º, inciso II, do Decreto nº 7.892/2013, levando em conta a experiência satisfatória obtida em aquisições dos exercícios de 2021 e 2022, nos quais o fornecimento do material foi feito de forma parcelada, atendendo proporcionalmente à demanda de curto prazo.

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO

A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico considerando que se trata de bens comuns e visa ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances verbais e negociação direta pelo pregoeiro, conforme art. 1º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002. A técnica envolvida na execução do fornecimento do objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos.

1. A utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP no processo de contratação pública pode refletir em uma série de vantagens para a empresa, uma delas é o aumento da eficiência administrativa. A eficiência, além de ser um princípio norteador de toda a atividade administrativa (caput do art. 37 da CF), quando inserida no contexto do SRP, passa a ter traços peculiares que merecem ser ressaltados: a) redução do número de licitações durante o exercício financeiro; b) redução dos custos operacionais e de estoques; c) agilidade e otimização nas contratações públicas.
2. Não há óbice da CODEVASF à adesão à Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico resultante deste Termo de Referência por órgãos não-participantes.

Permite Participação de Consórcios: Não será permitida. A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo consequentemente impertinente a formação de consórcios, com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do Licitante.

Permite Participação de Cooperativas: Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas uma vez que as especificidades do objeto em questão não exigem cooperativas de trabalho, conforme prevê a lei 12.692/2022. Além do mais, os produtos a serem adquiridos não são produzidos por estas cooperativas, conforme definição no Art. 2º da referida lei.

Critério de Julgamento: Menor preço por item, de acordo com o Art. 54 da Lei nº 13.303/2016.



Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

Garantia do Objeto: Os equipamentos oriundos deste Registro de Preços deverão ser acondicionados em embalagens originais, lacradas e apropriadas para o armazenamento por prazo não inferior a 12 (doze) meses, contados da data em que forem entregues, e deverá constar a descrição do produto, incluindo marca, modelo, data de fabricação e validade, de acordo com as características individuais de cada produto.

Justificativa de licitação exclusiva para ME/EPP: As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 06/10/2015, de maneira exclusiva em todos os itens desta licitação.

Justificativa de orçamento público: Não há necessidade de sigilo no valor estimado pela CODEVASF considerando que os preços de mercado dos produtos são amplamente conhecidos, além do fato de que a proposta somente pode ser adjudicada caso seja menor ou igual ao valor estimado pela CODEVASF, de forma que a manutenção do sigilo do valor estimado pode eventualmente incorrer na perda do item licitado.

Anexo II - Planilha Orçamentária							
Item	BR	Descrição/Especificação		Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)	Intervalo Mínimo de Valor (R\$)
01	BR0398847	HD Externo portátil de 1TB com conexão USB 3.0 (compatível com 2.0). Velocidade de transferência de dados de 4,8GB/S. Acompanha cabo USB. Alimentação via USB. Garantia: 12 (doze) meses. Modelo de Referência: Seagate Stea1000400, similar ou superior.	Unidade	30	372,33	11.169,90	0,25
02	BR0453979	SSD tipo NVMe M2. Capacidade: 480 GB. 2.400 MB/s. Interface: PCIe. Modelo de referência: Western Digital WDS480G2G0C, similar ou superior.	Unidade	70	297,06	20.794,20	0,25
03	BR0449232	SSD tipo SATA-600. Formato: 2,5 polegadas. Capacidade: 480 GB. Interface: SATA 6.0 Gb/s. Modelo de referência: Kingston SA400S37, similar ou superior.	Unidade	70	241,04	16.872,80	0,25
04	BR0457229	Servidor de armazenamento de arquivos tipo NAS. Com 04 (quatro) baias. 02 (duas) portas Ethernet 2,5 Gigabit. Acompanha fonte de alimentação. Bivolt automático. Compatibilidade com Windows 10 e Windows 11. Suporte a vários volumes com discos de reposição. Acesso a sistema nativo via web. Modelo de referência: Asustor NAS AS5304T, similar ou superior.	Unidade	6	6.623,23	39.739,38	0,25
05	BR0445767	Switch 48 Portas Gigabit RJ45 10/100/1000 Mbps. Protocolos IEEE 802.3i, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab, IEEE 802.3x. Auto Negociação / AUTO MDI / MDIX. Auto Uplink em Cada Porta. Switching Capacity 96 Gbps. Tabela de MAC Address 8K. Buffer Memory 16Mb. Bivolt automático. Modelo de referência: TP-Link TL-SG1048, similar ou superior.	Unidade	10	3.136,35	31.363,50	0,25
06	BR0229441	Mouse óptico com fio USB, com scroll. Dois botões. Resolução: 1000 ppp. Padrão Dell. Modelo de referência: Dell Ms116, similar ou superior.	Unidade	70	46,50	3.255,00	0,25
07	BR0355902	Mouse óptico sem fio, com receptor USB, com scroll. 2.4 HGZ. Dois botões. Alimentação 01 (uma) pilha AA. Preto. Resolução: 1000 ppp. Padrão Dell. Modelo de referência: Dell WM126, similar ou superior.	Unidade	20	74,20	1.484,00	0,25
08	BR0204989	Mousepad retangular com superfície de neoprene e base emborrachada antiderrapante. Cor preta.	Unidade	80	27,45	2.196,00	0,25
09	BR0451817	Teclado USB ABNT2 compatível com Windows. Com fio. Teclas de Atalho: Volume, mudo, leitura/pausa, retrocesso, avanço, função. Padrão Dell. Modelo de referência: Dell Kb216, similar ou superior.	Unidade	100	75,51	7.551,00	0,25
10	BR0355671	Memória flash portátil para computador, 32GB, USB 3.1. Velocidade de leitura: 100 MB/s. Modelo de referência: Kingston DT50, similar ou superior.	Unidade	100	45,97	4.597,00	0,25
11	BR0384244	Fone de ouvido biauricular tipo headset com microfone. Braço giratório flexível. Arco de cabeça ajustável. Conector USB (conector único - áudio estéreo e microfone, próprio para videoconferências). Comprimento do cabo: 1,9 metros. Modelo de referência: Logitech H390 USB Computer Headset, similar ou superior.	Unidade	120	149,40	17.928,00	0,25
12	BR0367594	Filtro de linha, bivolt automático, 04 tomadas de saída padrão NBR 14136. Cabo de 3 metros. Garantia de 12 (doze) meses. Modelo de referência: Filtro de Linha SMS Bivolt 4 Tomadas 3M - 62329, similar ou superior.	Unidade	120	50,65	6.078,00	0,25
13	BR0264716	Base de mesa para monitor de até 27 polegadas. Com três níveis de regulação de altura. Em aço. Pintura eletrostática. Em conformidade com a NR 17. Modelo de referência: Reliza 0016, similar ou superior.	Unidade	150	159,87	23.980,50	0,25
14	BR0249072	Conector RJ45 1000 Unidades, banhado.	Pacote	3	142,08	426,24	0,25
15	BR0479549	Cabo HDMI 2.0 4K. 1,8 metros. Conector banhado em ouro. Modelo de referência: Bear Cabos, similar ou superior.	Unidade	50	34,91	1.745,50	0,25
16	BR0382705	Caixa de Cabo de Rede Cat5e 305 Metros. Modelo de referência: Furukawa Soho Plus, similar ou superior.	Unidade	10	761,98	7.619,80	0,25
17	BR0481103	Nobreak, capacidade 1200va, entrada bivolt automático, saída 115v, 06 tomadas de saída padrão NBR 14136, microprocessado, com autodiagnóstico de bateria. Garantia de 12 (doze) meses. Modelo de referência: SMS Station II, similar ou superior.	Unidade	40	815,72	32.628,80	0,25
18	BR0440650	Toner impressora HP, original, preto. CF226XB.	Unidade	50	605,47	30.273,50	0,25
19	BR0425544	Cartucho tinta impressora HP, original, preto. CZ133A.	Unidade	15	456,00	6.840,00	0,25
20	BR0431285	Cartucho tinta impressora HP, original, ciano. CZ134A.	Unidade	15	479,18	7.187,70	0,25
21	BR0431286	Cartucho tinta impressora HP, original, magenta. CZ135A.	Unidade	15	444,00	6.660,00	0,25
22	BR0431287	Cartucho tinta impressora HP, original, amarelo. CZ136A.	Unidade	15	428,00	6.420,00	0,25
23	BR0606876	Toner impressora Pantum, original, preto. PD219.	Unidade	15	195,51	2.932,65	0,25
24	BR0433919	Cabeçote impressora HP plotter, original. B3P06A.	Unidade	1	3.244,66	3.244,66	0,25
25	BR0440698	Cartucho tinta impressora HP, original, amarelo. F9J78A.	Unidade	4	981,95	3.927,80	0,25
26	BR0440699	Cartucho tinta impressora HP, original, ciano. F9J76A.	Unidade	4	1.071,40	4.285,60	0,25
27	BR0440700	Cartucho tinta impressora HP, original, cinza. F9J80A.	Unidade	4	1.213,37	4.853,48	0,25
28	BR0440701	Cartucho tinta impressora HP, original, magenta. F9J77A.	Unidade	4	1.083,01	4.332,04	0,25
29	BR0433133	Cartucho tinta impressora HP, original, preto fosco. C1Q12A.	Unidade	4	1.196,47	4.785,88	0,25
30	BR0440703	Cartucho tinta impressora HP, original, preto fotográfico. F9J79A.	Unidade	4	1.099,91	4.399,64	0,25
31	BR0440672	Cartucho tinta impressora HP, original, preto. L0S71AB.	Unidade	30	272,27	8.168,10	0,25
32	BR0440673	Cartucho tinta impressora HP, original, amarelo. L0S68AB.	Unidade	25	237,96	5.949,00	0,25
33	BR0440674	Cartucho tinta impressora HP, original, ciano. L0S62AB.	Unidade	25	232,83	5.820,75	0,25
34	BR0440675	Cartucho tinta impressora HP, original, magenta. L0S65AB.	Unidade	25	244,72	6.118,00	0,25
TOTAL GERAL				1009	26.540,96	345.628,42	